

Quanto pesa a crise

LUIS DE LUCIO

Diretor da Alvarez & Marsal, consultoria multinacional de gestão

Estancar a sangria e depois salvar o paciente. Não há outro caminho para a reestruturação dos estados brasileiros senão tomar decisões objetivas e financeiras. Pode ser radical, mas cidades americanas que sofreram situações econômicas tão complexas quanto à nossa se reergueram dessa forma. Foi assim com Saint Louis, Detroit, Nova York e Nova Orleans, e mais recentemente o estado livre associado de Porto Rico. Todas com apoio de profissionais especializados para reorganizar suas finanças, prática pouco explorada no Brasil, onde há três estados em situação de calamidade pública financeira.

Promover um diagnóstico profundo e estruturar custos e necessidades é o ponto de partida. A gestão financeira da área pública – sobretudo na saúde e educação – tende a focar em tapar buracos e não cuidar dos resultados. Não é coincidência que os principais gargalos sejam estes no Brasil.

Nos Estados Unidos, a legislação não permite que estados possam pedir proteção dos credores, mas cidades, condados e outros entes públicos, sim, com o Chapter 9 do código de falências. Por isso, em 2003, numa época em

que municípios estavam com dificuldades de cumprir compromissos financeiros, Saint Louis precisou criar um modelo de negócio de gestão para frear as perdas. Só no sistema público educacional, o déficit operacional chegava a US\$ 75 milhões, com caixa negativo

acima de US\$ 100 milhões.

Não é um processo fácil, claro, e controverso, pois requer cortes importantes de gastos, mas não houve, por exemplo, redução de oferta de ensino em Saint Louis. Houve uma consolidação inteligente de unidades deterioradas àquelas que estavam em bom estado, mas mal utilizadas. E nesse processo de promover estabilidade para criar uma plataforma em que a cidade pudesse avançar, ainda foi possível renovar o quadro dos professores, sem demissão massiva e com contratações, impactando o sistema educacional com melhoria nos indicadores.

No caso de Porto Rico, a crise começou com a suspensão pelo governo federal da lei do benefício fiscal, um motor de desenvolvimento da ilha, com a instalação de farmacêuticas internacionais e instituições de pesquisa. Assim, toda a fonte de empregos e geração de riqueza desapareceu, deixando dois grandes buracos: na saúde e no mercado de hipotecas. Estamos diante da maior reestruturação de uma entidade estatal, com déficit de US\$ 70 bilhões. Com a gestão econômica do sistema de saúde, Porto Rico conseguiu se estabilizar. Estancamos a sangria e salvamos o paciente doente, mas não conseguimos tratá-lo. Com a troca de governo, a oposição redefiniu prioridades.

Em mais de 30 anos de experiência em gestão e melhoria de performance, percebo que reestruturações do setor público precisam, fundamentalmente, de um compromisso político. Sei dos problemas dos estados brasileiros, mas acredito na recuperação. Não digo pelos planos de recuperação fiscal em debate, limites de gastos e pedidos polêmicos de intervenção, mas por acreditar que o atual cenário político no país deverá resultar em mudanças profundas e na adoção de compromissos mais sérios com a sociedade.

E Minas, Sr. presidente?

OLAVO MACHADO

Presidente da Federação das Indústrias de Minas Gerais (Sistema Fiemg)

M

inas Gerais parece não ter importância para o presidente Temer – ou, então, seus assessores mais chegados não lhe passam as informações corretas. Minas Gerais tem a segunda maior população do país, o segundo maior colégio eleitoral e a segunda maior bancada de deputados no Congresso Nacional. E ao longo dos séculos, décadas e anos, sempre ofereceu inquestionável e efetiva contribuição ao país.

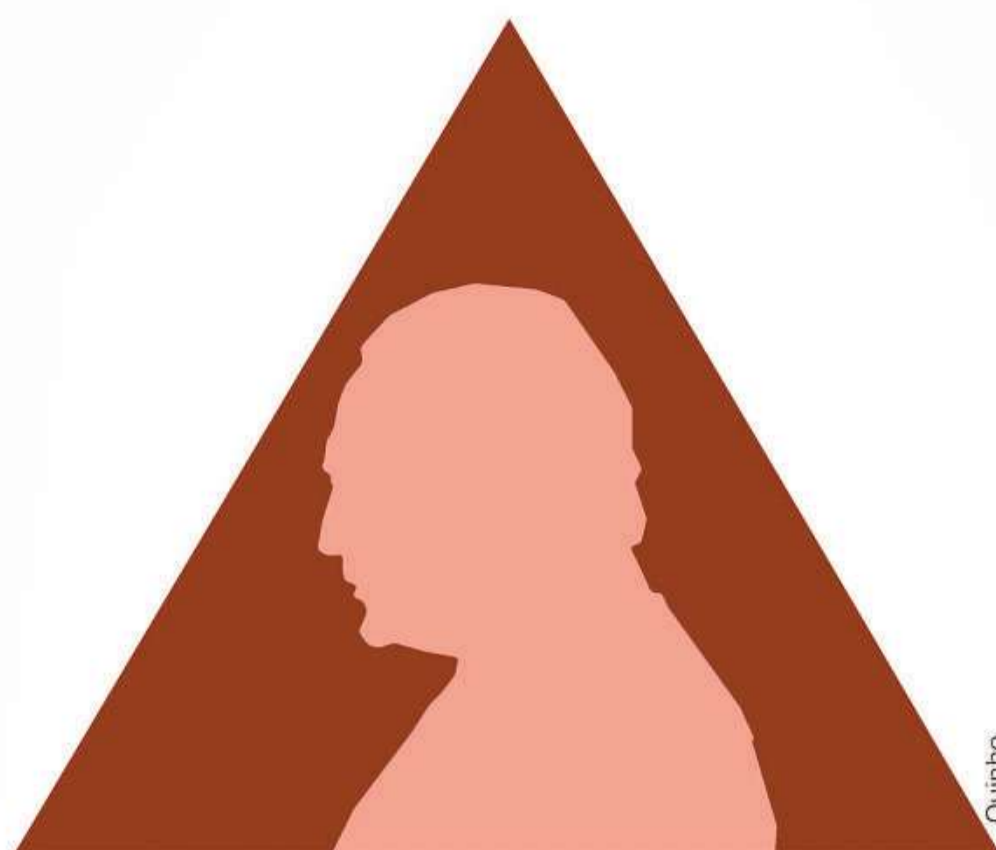
Nada disso parece ter valor para o presidente. Não há um único mineiro em seu numeroso ministério e nem sequer em cargos relevantes dos demais escalões. Mais de um ano após sua posse, não veio uma única vez a Minas Gerais, embora as manchetes dos veículos de comunicação anunciem com grande frequência sua presença em estados e municípios ao norte e a sul, leste e a oeste do país.

Nos últimos dias, esses mesmos veículos de comunicação estão repletos de notícias que reafirmam o descaso do governo federal com Minas Gerais e os mineiros. Os exemplos são numerosos: depois de décadas de espera, anuncia-se para breve a inauguração de um trecho das obras de duplicação da BR-381, de apenas sete quilômetros. Isso mesmo: sete quilômetros, o que é insignificante para uma rodovia de mais de 300 quilômetros, que há longos anos vem matando mineiros, encarecendo a logística de transporte do nosso país e corroendo a competitividade de empresas mineiras e brasileiras.

As manchetes também anunciam entrevistas de assessores do presidente informando a decisão de retomar a privatização de aeroportos em todo o país, incluindo dois de Minas – Pampulha e Carlos Prates. No dia anterior a esse noticiário, Michel Temer foi a São Paulo, aonde vai todo fim de semana, reuniu-se com o prefeito da capital e prometeu-lhe generoso naco do Aeroporto Campo de Marte para ser transformado em um belo parque para os paulistanos. Por que não o mesmo tratamento para os mineiros, para Minas Gerais e para os belo-horizontinos? Também gostamos de parques e jardins, Sr. presidente!

E as usinas da Cemig, Sr. presidente? Pouco mais de quatro anos atrás, o governo federal obrigou as empresas do setor elétrico a aceitar a antecipação do vencimento de suas concessões e a renovação delas com condições desfavoráveis, sob pena de perdê-las. Foi, sem dúvida, uma violência contra empresas resguardadas por contratos juridicamente perfeitos e em plena vigência. Algumas reagiram e a Cemig, modelo no Brasil e no mundo, faz parte desse grupo: recusou-se a antecipar a renovação das hidrelétricas de Jaguara, São Simão e Miranda, cujos contratos só venceriam muito tempo depois. Ademais, os contratos originais previam renovação automática e garantida por mais 20 anos.

Em vão a Cemig tentou negociar. Foi à Justiça, chegou ao Supremo Tribunal Federal (STF), obteve liminares e seguiu operando as três usinas. O governo federal, por meio da Advocacia-Geral da União (AGU), recorreu, recusando-se, mais uma vez, a negociar conforme proposta dos tribunais. Recentemente, valen-



O presidente da República, que precisa ser sempre o presidente de todos os brasileiros e de todos os estados, também saberá, esperamos, atender todos com isonomia

do-se de argumentos considerados descabidos, o governo federal conseguiu derrubar as liminares. Neste momento, enquanto a empresa aguarda pelo julgamento do mérito da ação que impetrou no Supremo, Minas Gerais e os mineiros temem as consequências de uma eventual retomada das três hidrelétricas pelo governo federal, que já anunciou licitações para dentro de alguns dias, em setembro.

São inaceitáveis as razões apresentadas para insistir na retomada das usinas: o governo alega que precisa licitá-las (vender suas concessões) para arrecadar recursos e reduzir o déficit público. Ora, todos sabemos que não é missão do setor elétrico gerar receitas para resolver problemas decorrentes da má gestão das finanças públicas. Ao setor elétrico compete gerar energia para sustentar o crescimento da economia brasileira, que passa hoje pela pior recessão de sua história. Minas e os mineiros repudiam a intransigência do governo federal em insistir na retomada das usinas, cujas concessões, do ponto de vista legal, pertencem à Cemig.

E o "encontro de contas" entre o governo de Minas e a União? O governo federal cobra do governo estadual uma astronômica dívida, mas se recusa a repassar ao estado os recursos a que tem direito em razão da famosa Lei Kandir, que regulamenta a exportação de commodities, especialmente minérios. Mi-

nas Gerais cobra o que lhe é de direito – e o "encontro de contas" é fundamental para aliviar a situação fiscal do estado, restituindo-lhe condições para investir em setores essenciais para os mineiros – saúde, educação, infraestrutura e segurança.

As perdas do estado com a desoneração do ICMS de exportações de commodities e produtos semielaborados, impostas por essa legislação, em vigor desde 1996, são superiores a R\$ 135 bilhões. Minas Gerais deixou de arrecadar, mas nunca recebeu a compensação do governo federal prevista na lei. De outro lado, os débitos estaduais com o governo federal somam R\$ 88 bilhões, o que resulta em um saldo positivo para Minas Gerais da ordem de R\$ 47 bilhões. O próprio STF, ao julgar a Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO) 25, já apontou a necessidade de ressarcimento pela União das perdas impostas aos cofres estaduais. Essa é uma luta de Minas, do seu setor produtivo, de sua indústria e da gente mineira.

A bancada mineira no Congresso Nacional – Câmara dos Deputados e Senado Federal – está atenta aos interesses do estado e saberá defendê-los. O presidente da República, que precisa ser sempre o presidente de todos os brasileiros e de todos os estados, também saberá, esperamos, atender todos com isonomia. Essa é a posição de Minas e dos mineiros!

A compliance hospitalar

CARLA VASCONCELOS CARVALHO

LUCIANA DADALTO

Advogadas especialistas em direito médico e da saúde do Dadalto & Carvalho Sociedade de Advogados

Em tempos de Lava-Jato, a palavra compliance tem ganho relevância e entrou definitivamente no vocabulário de grandes e pequenas corporações brasileiras. O termo nada mais é do que um conjunto de disciplinas, políticas e regulamentos para fazer valer as normas de uma instituição, assim como detectar, evitar e tratar inconformidades e eventos adversos de conduta ética. Nesse sentido, o compliance também tem se inserido no contexto hospitalar e orientado corpo clínico, comunicação, gestão e demais setores diante da prestação de assistência à saúde.

Assim, podemos perceber uma preocupação de instituições médicas em criar e difundir programas de conformidade para treinar profissionais envolvidos e evitar que possíveis atos corruptos, internos e/ou externos, causem danos de ordem financeira ou moral à empresa e aos pacientes. Um plausível contexto para a ascensão desses programas é a interpretação pontual de que a judicialização da saúde tem crescido de forma desenfreada no país, situação que agrava os conflitos entre pacientes, profissionais

e instituições de saúde. Por isso, o compliance hospitalar tem sido usado para diagnosticar problemas e dar soluções a possíveis riscos jurídicos existentes em hospitais e clínicas.

A motivação inicial das empresas que procuram por planos de conformidades no âmbito hospitalar é simplesmente minimizar a manifestação de fraudes e corrupção, de variadas formas, a fim de evitar perdas financeiras diretas. Com um trabalho conciso e feito de maneira mais assertiva, dão-se conta de que a proposta do compliance vai além: é capaz de criar boa reputação, aumentar o crescimento, gerar comprometimento dentro do ambiente de trabalho e desenvolver relações sociais de cooperação.

A atividade médico-hospitalar tem riscos, tem como prioridade a vida e a sua atuação é fundada na relação de confiança. Por isso, qualquer inconformidade em sua atuação profissional gera debate, visibilidade e julgamento perante todos. Diante disso, temos observado o quão negativa é a visão de uma instituição com casos de fraude, assédio moral, corrupção, descumprimento da legislação, desvio de conduta e infração ético-profissional.

Só neste ano, vimos graves eventos de infrações éticas, como quebra de sigilo, vazamento de documentos para imprensa, publicidade em desconfor-

midade com as normas, além da ignorância dos procedimentos de gestão de riscos. Nesse sentido, a implantação e execução de conformidades hospitalares é um salto à humanização e gerenciamento do tratamento médico. Porém, é preciso deixar claro que para haver adaptação e cumprimento das normas de condutas estabelecidas deve ocorrer o comprometimento e envolvimento de todos os setores. Apenas as definições formal e documental não asseguram uma boa gestão de compliance, mas sim com a criação de conformidades com envolvimento e consulta de cada departamento, realização de treinamentos, criação de um relacionamento organizacional e a definição de regras com clareza e transparência.

A ideia é que o compliance médico-hospitalar seja encarado como uma certificação de governança para o corpo da instituição e para a prestação de serviço. A decisão em implantar tal sistema requer foco e investimento. Para isso, é fundamental estudar uma estrutura de criação e ter uma pessoa responsável para viabilizar as atividades de compliance. Uma assessoria jurídica e de comunicação também é imprescindível para uma governança transparente, cooperativa e coparticipativa. Assim, protegem-se profissionais, instituições e pacientes com a indicação de melhores práticas, dando assistência e segurança para todos os envolvidos.

S/A ESTADO DE MINAS

FUNDADO EM 7 DE MARÇO DE 1928

DIÁRIOS ASSOCIADOS

A vida com mais conteúdo

ANJ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNALIS

Filiado ao Instituto Verificador de Circulação

IVZ

REPRESENTANTES EXCLUSIVOS

SUCURSAL SÃO PAULO
Alameda Joaquim Eugênio de Lima, nº 732/766 - Edifício Mary Harriet Speers - 7º andar - Bairro Jardins - São Paulo - SP
CEP: 01403-000 • Fone: (11) 3372-0022 • e-mail: sucursal.sp@uai.com.br e associadosp@uaigniga.com.br

SUCURSAL RIO DE JANEIRO
Rua Fonseca Teles, 114 a 120 - Bloco 2 - 1º andar - São Cristóvão - Rio de Janeiro - RJ CEP: 20940-200
Tel.: (21) 2263-1945 • Fax: (21) 2263-2045
e-mail: sucursal.rj@uai.com.br

TELEFONES DE APOIO

Redação
(31) 3263-5330
Editorias:
Gerais
(31) 3263-5244
Política
(31) 3263-5293
Economia e Agropecuária
(31) 3263-5103
Esportes
(31) 3263-5313
Internacional
(31) 3263-5301
Opinião
(31) 3263-5373

Cultura - TV - Pensar e Divirta-se
(31) 3263-5126
Fotografia
(31) 3263-5214
Turismo
(31) 3263-5333
Informática
(31) 3263-5360
Vrum
(31) 3263-5078
Bem Viver, Guri e Negócios e Oportunidades
(31) 3263-5048
Feminino & Masculino
(31) 3263-5260

WhatsApp: (31) 99918-4155

SERVIÇO DE ATENDIMENTO AO ASSINANTE

Belo Horizonte (31) 3263 5800
Outras Localidades 0800 031 5005

DISTRIBUIDOR DE ASSINATURAS INTERIOR

0800 283 5062

SERVIÇO DE ATENDIMENTO À VENDA AVULSA

Capital e Contagem - (31) 3263 5830
Interior de Minas Gerais - 0800-283-5062
Telefax - Circulação: (31) 3263 5961

DEPARTAMENTO DE COBRANÇA

(31) 3263-5421

DEPARTAMENTO COMERCIAL

(31) 3263-5501 e (31) 3263-5224

AGÊNCIAS

O ESTADO DE MINAS trabalha com as seguintes agências de notícias:
Agência Estado, Agência O Globo, Agência Folha, France-Press e Reuters.

ASSINE ANUNCIE

Belo Horizonte
(31) 3263 5800

Outras Localidades
0800 031 5005

Publicidade
(31) 3263-5501/5197

Classificados
(Pequenos Anúncios Fonados)
(31) 3228-2000

TABELA DE PREÇOS

Localidade	VENDA AVULSA (R\$)	
	2ª a sábado	Domingos
MG, SP, RJ (Capital)	2,50	3,50
RJ (Interior), ES e DF	3,50	4,50
Outros estados	5,00	6,50

D.A PRESS MULTIMÍDIA

DA press

ATENDIMENTO PARA PESQUISA E VENDA DE CONTEÚDO:
Por e-mail e telefone: de segunda a sexta, das 9h às 22h/sábados, das 14h às 21h/domingos e feriados, das 15h às 22h.
Telefones: (61) 3214.1575 /1582/1568/0800 647 73 77.
Fax: (61) 3241.1595.

E-mail: dapress@dabr.com.br
Site: www.dapress.com.br